

Brasil paga juros e quer solução final

Aldori Silva

O presidente José Sarney reconheceu, ontem, na reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN), convocada para o anúncio formal a todo o Ministério da suspensão da moratória da dívida externa brasileira, que "o problema não está resolvido" e que "o desafio que experimentamos com os acordos ora alcançados não deve obscurecer a necessidade de uma solução satisfatória e definitiva da questão". O fim da moratória significa a retomada normal do pagamento dos juros.

A reunião do Conselho, a última antes da promulgação da nova Constituição que o transforma em Conselho de Defesa Nacional, começou às 9 horas, com a fala do Presidente e em presença de todos os ministros e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Prolongou-se por cerca de uma hora e meia, tempo que foi ocupado praticamente pelo ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega, em explicações sobre as condições da economia brasileira no momento da declaração da moratória, e hoje quando ela é suspensa, bem como sobre o conteúdo dos acordos com os credores. O presidente Sarney também abordou o assunto, lembrando que "a moratória era uma medida temporária", desde a sua decretação: "visava preservar nossas reservas e criar condições adequadas para que a questão da dívida pudesse ter um encaminhamento definitivo", contrariamente, salientou, "às soluções paliativas e temporárias até então encontradas".

Patamar político

Depois de destacar o patamar financeiro da dívida externa não apenas do Brasil, mas também da América Latina, observando que a

região deverá desembolsar em 1988 cerca de 35,6 bilhões a título de serviço da dívida, Sarney salientou que a dívida externa tem também o seu patamar político.

Em primeiro lugar, destacou o fato de ter tomado "decisões graves e em circunstâncias muito difíceis", em razão da dívida externa, "evitando criteriosamente a utilização da questão para fins demagógicos ou populistas". E esclareceu: "Procurei não exacerbar os antagonismos latentes, nem internamente, nem externamente, propiciando a formação de um cartel de devedores.

As negociações com os credores foram longas e difíceis, mas, segundo Sarney, ficou patente o desejo do Brasil de evitar o confronto, privilegiando sempre o diálogo. "Cremos, pois, dispor de autoridade para reivindicar que nossos parceiros credores tampouco atuem como um cartel".

Contrapartida

O presidente Sarney ressaltou que "não é justo, nem aceitável que o peso do ajustamento permaneça quase que exclusivamente a cargo dos devedores, que não podem permanecer indefinidamente na condição de exportadores líquidos de capital. Por isso, torna-se lícito esperar a retomada do fluxo de investimentos e comércio, numa contrapartida efetiva de atitudes políticas positivas do Brasil".

O presidente finalizou seu pronunciamento reafirmando, a opção de Governo pela economia de mercado e pela abertura da economia para o exterior, mas disse que estará sempre preparado para adotar medidas internas que atendam aos imperativos da segurança nacional e que preservem as conquistas da sociedade brasileira.



Sarney oficializou o fim da moratória na reunião do CSN e disse que o País evitou o confronto